

**ORGANIZATIONAL STUDIES AND LABOUR PROCESS THEORY:
Dialogues and Research Possibilities**

**LABOUR PROCESS THEORY E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS:
Diálogos Evidentes e Possibilidades de Pesquisa**

Paulo Marcelo Ferraresi Pegino, Ph.D. (Corresponding Author)*

*Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, UniCesumar, Maringá-Brazil
Adress: Guedner Av, 1610. Zip Code: 87050-390. Maringa-Parana-Brazil*

**Rua Monsenhor Kimura, 537, apto. 1103-T2. Zip Code: 87010-450. Maringa-PR - Brazil*

E-mail: paulo.pegino@unicesumar.edu.br

Agradecimentos: o auto agradece ao Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI) pelo apoio financeiro.

ABSTRACT

The Labour Process Theory (LPT) arises mainly from the original – and classical – work of Harry Braverman (Labor and Monopoly Capital: The degradation of work in the Twentieth Century), first published in 1974. LPT is a late Marxist theory (or a research program) focused on the capitalist labour process and (primarily) concerned with the production of surplus value and the progressive erosion of worker control of the labour process. This paper aims to place LPT in broader organizational studies debates exploring some shifts in the nature and focus of the LPT, particularly from 'immanent laws' to the 'subjective dimensions', clarifying the intersections between the fields and proposing some research possibilities.

Keywords: *labour process theory, labour process, organizational studies*

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal o de desnudar o debate em torno da Labor Process Theory (LPT) que surge, principalmente, a partir do trabalho de Harry Braverman (Labor and Monopoly Capital: The degradation of work in the Twentieth Century), bem como as posteriores mudanças teóricas e de perspectivas que ocorreram com o desenvolvimento do campo, elucidando intersecções evidentes com os Estudos Organizacionais. Em seu aspecto metodológico, esse estudo se configura como um ensaio teórico de pretensões exploratórias. Os resultados dessa investida sugerem a existência de muitas intersecções entre o campo, marcadamente anglo-saxão, e os estudos organizacionais.

Palavras-chave: *Teoria do Processo de Trabalho, processo de trabalho, estudos organizacionais*

1. INTRODUÇÃO

À obra de Harry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista*, publicada originalmente em 1974 (*Labor and Monopoly Capital: The degradation of work in the Twentieth Century*), deve ser creditada, ao menos, duas virtudes: a primeira, resultado daquilo que foi proposto pelo próprio autor, consiste na retomada de um tema central da obra marxista, o “processo de trabalho”, que veio a ficar obscurecido pelo crescente interesse dos marxistas do século XX em temas como “monopólio, militarismo, imperialismo, nacionalismo, tendências do sistema capitalista à ‘crises’ ou ‘paradas’, estratégia revolucionária e problemas da transição do capitalismo ao socialismo” (BRAVERMAN, 1987, p.20); a segunda, decorrente do impacto da obra, que na perspectiva de Burawoy “transformou o campo da sociologia”, mais notadamente o da Sociologia Industrial, oxigenando o impasse que havia sido criado por duas perspectivas antagônicas, porém dominantes, opondo de um lado ‘subjettivistas’ “focados nas respostas à dadas estruturas”, e de outro os ‘a-historicistas’ “para os quais tais estruturas eram naturais e imutáveis” (BURAWOY, 1978). Tais virtudes, juntas, estão na origem de um campo de estudo recente e que veio a ser usualmente conhecido como *Labour Process Theory* (LPT).

Sem muito mistério, a LPT pode ser definida como uma teoria (ou um programa de pesquisa) a princípio sociológica e de base marxista, focada no processo de trabalho no interior das organizações capitalistas (BURAWOY, 2008). Tal processo de trabalho, por sua vez, “(...) é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza.” (MARX, 1989a, p. 208). É, portanto, todo o trabalho intencional e organizado que visa à transformação de algo a fim de produzir valor de uso, a princípio independente “de qualquer

forma social determinada” (FARIA, 2004, p.44). Sob o modo de produção capitalista, entretanto, o processo de trabalho ganha contornos específicos, e se torna o processo de trabalho capitalista, onde tanto o trabalho quanto o produto do trabalho se tornam mercadorias que permitem à organização produtiva a extração de valor excedente e o acúmulo de capital. A LPT investiga, portanto, as formas como se dão a conversão da potencial força de trabalho em trabalho real, sob condições que permitam a acumulação de capital (LITTLER, 1990). Dessa forma, as organizações produtivas se tornam o objeto imediato da LPT, o que revela, por sua vez, uma aproximação íntima entre tal teoria sociológica e os Estudos Organizacionais. Tal relação fica ainda mais evidente quando se nota a agenda de pesquisa da LPT, que lida, dentre outros assuntos com a dinâmica do controle, consenso e da resistência no processo de produção capitalista (THOMPSON et al, 2009).

No transcorrer das últimas quatro décadas, a LPT veio a se converter em um campo fértil de discussão que inclui, obviamente, pesquisadores marxistas, mas também pós-marxistas, neo-marxistas e ainda não marxistas (o que, naturalmente, leva a sérios debates acerca de questões de método e de perspectivas onto-epistemológicas dentro do campo) permitindo, além disso, a inclusão de temas emergentes como ‘subjetividade’, ‘habilidade’, ‘*upskilling*’, ‘*high skill*’, ‘intensificação do trabalho’, ‘estado’, ‘ideologia’, ‘identidade’, ‘cultura’, ‘valores’, e até mesmo de temas pouco ortodoxos como ‘espiritualidade’ e ‘indústria sexual’ entre outros, e finalmente sendo utilizado como um arcabouço teórico no auxílio da compreensão (e dependendo do recorte metodológico, da explicação) de uma série de objetos empíricos e diferentes tipos de indústrias e organizações em diferentes cantos do mundo, como atesta a variedade de artigos presentes nas diversas edições da *International Labour Process Conference*, organizadas desde 1983.

Com tais contornos, a LPT se configura em uma perspectiva marcadamente crítica e perfeitamente adequada aos Estudos Organizacionais. Assim, o principal objetivo desse trabalho é o de explorar tais contornos com a pretensão de revelar intersecções entre o campo e os Estudos Organizacionais no Brasil. Para tanto, o trabalho está dividido de seguinte forma: (i) uma razoavelmente detalhada apresentação da obra *Labor and Monopoly Capital*, comumente associada com a gênese do campo. Nesse momento, quatro categorias principais, fundamentais para a compreensão do campo, são expostas (a gerência científica; a revolução técnico-científica; o capital monopolista; e o estado); (ii) uma breve apresentação do debate atual dentro do campo, com destaque para as duas “gerações” mais evidentes (a primeira, com forte influência do trabalho de Braverman, e a segunda que busca “resgatar” a subjetividade perdida da primeira); e, finalmente, são apresentadas algumas considerações finais. Implícitas, aí, a tentativa de despertar o debate ainda eclipsado dentro dos estudos organizacionais no Brasil. Mesmo com essa disposição “pedagógica” das sessões do trabalho, o autor não se furta de apresentar suas próprias posições ao longo de todo o trabalho, tentando não se esquivar de manifestar suas próprias posições e evitando, ao máximo, uma aproximação “jornalística” com o tema.

2. BRAVERMAN E A ABERTURA DO CAMPO

A teoria do processo de trabalho (LPT, na sigla em inglês) como um campo de estudo, está fortemente vinculada ao livro de Harry Braverman, *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*, lançado em 1974 nos EUA. Ainda que Marx tenha sido o primeiro a conceituar o processo de trabalho ao tratar da produção da mais valia relativa na IV Parte do primeiro volume de *O Capital* (SWEEZY, 1987), é somente com a retomada desse conceito através da obra de Braverman que se passa a perceber a teoria do processo de trabalho como um ponto de partida para o estudo do trabalho nas organizações produtivas (DEVINATZ, 2009; AKROYD, 2009). Não à toa, Burawoy, por exemplo, enxerga nessa obra um clássico (BURAWOY, 1996), e que marca uma ruptura no estudo do trabalho (BURAWOY, 2008). O objetivo inicial de Braverman na pesquisa que resultou no *Labor and Monopoly Capital* era apreender a estrutura da classe trabalhadora e suas mudanças históricas. Tal interesse inicial, contudo, foi logo suplantado por uma crescente percepção de algo que ele acreditava ser contraditório: por um lado, (i) havia um amplo consenso disseminado pela sociedade americana de que o trabalho moderno, resultante de numerosas inovações técnico-científicas, “(...) exigia níveis cada vez mais elevados de instrução, adiestramento, emprego maior da inteligência e do esforço mental em geral” (BRAVERMAN, 1987, p.15); ao mesmo tempo, (ii) havia uma crescente insatisfação dos trabalhadores com processos de trabalho percebidos como sendo cada vez mais fragmentados e que exigiam cada vez menos instrução formal e esforço intelectual. Dessa percepção inicial, seu objetivo passou da compreensão da estrutura da classe trabalhadora ao estudo do processo de trabalho na sociedade capitalista, analisando a evolução desse processo *dentro* das ocupações (e ele, de fato, se dedicou a estudar uma grande quantidade delas), bem como a ocorrência de alternância *entre* as ocupações sob uma perspectiva que se pode chamar de histórica. Se Marx demonstra que os processos de produção capitalista são incessantemente e continuamente transformados sob o ímpeto da principal força norteadora do capitalismo, ou seja, a acumulação de capital, Braverman considera que para os trabalhadores em geral estas transformações se manifestam, em primeiro lugar, com mudanças contínuas “(...) nos processos de trabalho de cada ramo da indústria e, em segundo, como uma redistribuição do trabalho entre ocupações e atividades” (BRAVERMAN, 1987, p.19).

Vale destacar aqui, assim como percebe Sweezy (1987), que a riqueza de detalhes e a arguta capacidade analítica com que Braverman analisa o processo de trabalho em diversas ocupações e suas variações ao longo do tempo, decorre de suas experiências pessoais colecionadas ao trabalhar em lugares como estaleiros, metalúrgicas, e até mesmo na redação de um escritório. Com essa coleção heterogênea de experiências, somada à sua extensa pesquisa documental, a conclusão geral de Braverman foi de que:

Quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa de saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece. (BRAVERMAN, 1987, p.360)

Decorre dessa conclusão geral que o avançado desenvolvimento tecnológico aplicado à produção capitalista, materializado em máquinas complexas que automatizam toda a produção estão, em um nível muito elementar, sob o controle do trabalhador. É ele quem as aciona, dando início e interrompendo o processo de produção automatizado. Mas, num nível mais profundo, são as máquinas que controlam o processo de trabalho, pois são elas que ditam o tempo e a intensidade do trabalho, e até mesmo determinam os movimentos necessários exigidos para o seu controle físico. Assim, não é o trabalhador quem de fato controla a máquina, mas o inverso, e é dessa forma quando a máquina, como resultado do desenvolvimento técnico-científico humano, pertence ao capital. Aquela contradição inicial abstrata observada por Braverman passa a ser, ao cabo de sua pesquisa, a constatação concreta de que o desenvolvimento tecnológico aplicado à produção não reverte a fragmentação e a alienação do processo de trabalho radicalizada pelo paradigma taylorista-fordista, mas, ao contrário, as aprofundam:

Dessa maneira, o notável desenvolvimento da maquinaria vem a ser, para a maioria da população trabalhadora, a fonte não de liberdade, mas de escravização, não a de domínio, mas de desamparo, e não do alargamento do horizonte do trabalho, mas do confinamento do trabalhador dentro de um círculo espesso de deveres servis no qual a máquina aparece como a encarnação da ciência e o trabalhador como pouco ou nada. (BRAVERMAN, 1987, p.169)

A destruição do mito da progressiva qualificação do trabalhador (que seria promovida a reboque das inovações tecnológicas na produção) é, enfim, resultado da investigação histórica das mudanças contínuas que ocorrem nos processos de trabalho. Nesse sentido, 4 (quatro) categorias emergem com especial atenção por parte de Braverman: (i) a gerência científica; (ii) a revolução técnico-científica; (iii) o capital monopolista; (iv) e o estado. Tais categorias formam o quadro amplo sob o qual se pode analisar o processo de trabalho.

3. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

O modo especificamente capitalista de gerência e produção é recente, aproximadamente de fins do Século XIX e é resultado do emprego de um significativo número de trabalhadores por parte de um único capitalista, e da conseqüente necessidade de se conceber, coordenar e controlar a produção nesses termos. Mas é com os trabalhos de Frederick Taylor que a gerência assume um caráter de “gerência científica”, em substituição ao seu papel anterior, quase que invariavelmente o de distribuidor de tarefas. Taylor não foi pioneiro na aplicação de métodos tidos como científicos no processo de trabalho, mas foi pioneiro na forma radical com que propôs e aplicou o controle do trabalho pela gerência, além de ter encontrado uma enorme adesão às suas idéias. Como radical, entende-se o objetivo de obter total controle sobre o processo de trabalho, transferindo a responsabilidade integral pelo seu planejamento à gerência, apoiado em alguns princípios básicos: (i) de que o administrador deve reunir todo o conhecimento sobre o processo de trabalho, que no passado estava de posse do próprio trabalhador; (ii) de que todo o trabalho intelectual envolvido no processo de trabalho deve ser banido da execução e passado para uma função de planejamento; (iii) e, enfim, de que todo o trabalho deve ser concebido pela gerência científica (FLEURY et al, 1987; BRAVERMAN, 1987). “A gerência moderna veio a existir com base nesses princípios. Ergueu-se como um construto teórico e como prática sistemática, ademais, no próprio período durante o qual a transformação dos processos de trabalho como especialidade em processos baseados na ciência estava atingindo seu ritmo mais rápido” (BRAVERMAN, 1987, p.109).

Se a reunião de trabalhadores sob um mesmo espaço físico facilitava seu controle e dava início ao capitalismo industrial, o parcelamento do processo de trabalho destruía ofícios e dava início à divisão manufatureira do trabalho, que levava ao parcelamento cada vez mais acentuado do processo de trabalho dividido em seus elementos constituintes. Cabe ressaltar que o parcelamento do processo de trabalho pode ser característica de todo o trabalho humano, incluindo aqueles não submetidos ao processo capitalista de produção. A “contribuição” fundamental do capitalismo aqui é o parcelamento do próprio trabalhador, relegando-o a um mero executor de funções atomizadas e repetitivas, uma vez que o trabalho e o trabalhador parcelados reduzem significativamente os custos de produção

e permitiam ao capitalista calcular a exata quantia que deve ser paga à força de trabalho por cada etapa do processo (BRAVERMAN, 1987).

Já a gerência científica aprofundava a divisão do trabalho, agora com o processo de trabalho dividido em lugares distintos com distintos grupos de trabalhadores: num local executava-se, no outro planejava-se, calculava-se, contabilizava-se, arquivava-se, etc. Mesmo essas atividades de escritório, diretamente relacionadas com o planejamento administrativo, eram passíveis de sofrerem nova fragmentação e subdivisões. Não à toa, um considerável esforço gerencial foi dedicado ao longo das décadas do Século XX ao controle dessas atividades, incluindo a utilização de instrumentos dos mais rudes aos extremamente sofisticados de mapeamento e medição de movimentos humanos no interior do escritório, sendo alguns desses instrumentos com precisão de décimos de milionésimos de horas que eram utilizados, inclusive, para a medição do tempo necessário para se apanhar um lápis e abrir e fechar gavetas, ou para medições mais específicas e produtivas como a seqüência de movimentos simultâneos que um(a) datilógrafo(a) executava para se atingir uma tecla, manter contato com a tecla, pressionar a tecla, soltar a tecla e, finalmente, afastar-se da tecla. Levantar, sentar, atender ao telefone, andar até o bebedouro ou a máquina de café... Toda a atividade humana rastreada e mapeada em nome da eficiência produtiva. Tome-se o caso de William Henry Leffingwell e seu livro publicado em 1917 (*What 'Scientific Management' Did for My Office?*), por exemplo, que adaptando o taylorismo às atividades de escritório, "(...) calculava que a instalação de bebedouros de modo a que o funcionário andasse, em média, apenas uns trinta metros para um gole redundaria em que o funcionário em escritório andasse perto de sessenta quilômetros por ano só para beber uma quantidade adequada de água, com a correspondente perda de tempo para o empregador." (BRAVERMAN, 1987, p.263).

O pequeno escritório, que no início do capitalismo industrial se constituía em um intermediário entre a função fabril e consumo da produção, com poucos e privilegiados trabalhadores, e com função principalmente de registro contábil, dá lugar ao grande escritório gerenciado, reunindo uma legião cada vez maior de trabalhadores sob o imperativo do controle da produção e de todo o processo de trabalho (incluindo, em alguns casos, o pagamento "por peça" a partir da contagem de batidas em documentos datilografados).

Enfim, a novidade na gerência científica durante o século passado não consistiu na existência separada de "mão" e "cérebro", "concepção e execução", mas "(...) no rigor com o qual são divididos um do outro, e daí por diante sempre subdivididos, de modo que a concepção seja concentrada, tanto quanto o possível, em grupos cada vez mais restritos dentro da gerência ou intimamente associados com ela" (BRAVERMAN, 1987, p.113), incluindo aí uma vasta gama de atividades intermediárias entre a produção e o consumo, todas passíveis de "proletarização", ou seja, de parcelamento do processo de trabalho e, talvez, de automação, que se configura na reunificação desse processo em uma máquina:

Essas funções gerenciais de controle e apropriação tornaram-se por si mesmas processos de trabalho. São controladas pelo capital do mesmo modo como ele executa os processos de trabalho da produção: com trabalho assalariado comprado em larga escala no mercado de trabalho e organizado em imensas máquinas 'de produção' de acordo com os mesmos princípios que governam a organização do trabalho da fábrica. (BRAVERMAN, 1987, p.256)

Aqui, cabe ressaltar, ainda, duas importantes conclusões: (i) ao passo que o trabalho é simplificado, rotinizado e medido, surge à tendência de se aumentar a velocidade de sua execução; (ii) ao passo que as funções intermediárias entre a produção e o consumo aumentam, como funções comerciais, de venda, etc, a contabilidade do valor ganha em complexidade, fazendo com que o valor excedente produzido pelo operário na fábrica seja transferido e distribuído por uma longa cadeia de atividades de escritório, ramificando a "propriedade do valor" e, conseqüentemente, aumentando a complexidade de seu controle e a complexidade relacionada à decisão sobre o destino do excedente acumulado:

Indústrias inteiras e amplos setores das indústrias existentes cuja única função é a luta pela distribuição do excedente social entre os vários setores da classe capitalista e seus dependentes. Nesse processo, o capital que 'se lança freneticamente' a toda nova área possível de investimento reorganizou totalmente a sociedade, e ao criar a nova distribuição do trabalho criou a vida social amplamente diferente daquela de apenas setenta ou oitenta anos passados (BRAVERMAN, 1987, p.218)

Entretanto, como observara Marx ainda no Século XIX, se "na manufatura, a revolução no modo de produção se inicia com a força de trabalho, na indústria moderna ela se inicia com os instrumentos de trabalho" (MARX, 1909, p.405). Assim, à fragmentação e ao parcelamento do processo de trabalho radicalmente promovidos pela gerência científica, somam-se a integração da própria ciência à produção: "A ciência é a última – e, depois do trabalho a mais importante – propriedade social a converter-se num auxiliar do capital." (BRAVERMAN, 1987, p.138). Tal

integração entre ciência e indústria ocorre primeiro na Alemanha, entre a segunda metade do Século XIX e o início do Século XX, principalmente nas indústrias químicas e mecânicas, como resultado do avançado estado da ciência teórica alemã somado ao fato da unificação tardia do estado alemão ter colocado o país em desvantagem na corrida pelas colônias normalmente abundantes em recursos naturais. O modelo da academia alemã influencia e orienta, inclusive, a criação de universidades americanas como a John Hopkins (fundada em 1875) e a Universidade de Chicago (fundada em 1892) (PAULUS, 2002). Tal “vantagem” é balanceada pelos Estados Unidos principalmente durante e após a II Guerra Mundial, em decorrência de um grande número de expatriações de cientistas alemães para os países aliados, principalmente para os Estados Unidos. Se a América já era uma grande potência industrial, passa a ser também uma potência científica, com governo e empresas privadas articulando ambas em favor de um conhecimento científico utilizável na indústria, concentrando o foco da produção científica no conhecimento aplicado à produção e transformando a ciência em uma mercadoria (BRAVERMAN, 1987).

Curioso observar que o período pós-guerra marca também o deslocamento definitivo do eixo de influência econômica, política e social mundial da Europa para os EUA: se antes da I Guerra Mundial a América já era vista como a concretização dos ideais iluministas materializados na maior e mais moderna democracia mundial (em oposição a uma Europa comandada por elites arcaicas), a partir da II Guerra Mundial o modelo americano passa a ser visto como o modelo a ser seguido por uma Europa em busca de reconstrução e modernização (SMITH et al, 2002). Se para Braverman (1987), o poderio científico americano só é igualado à sua força industrial após a II Guerra Mundial, é possível perceber, entretanto, certo consenso em torno da idéia de que já nas primeiras décadas do Século XX a mitificação de uma *pax americana* ganha força na Europa (PAULUS, 2002; DJELIC et al, 2007; SMITH et al, 2002). Os EUA são vistos como modelo de uma grande e moderna democracia, conjugando a racionalidade científica e a produção e reprodução das condições materiais de existência social e, não à toa, as idéias de autores como Taylor e Ford são recebidas com grande entusiasmo por parte da sociedade europeia (PAULUS, 2002). Um modelo bem acabado de aplicação e incorporação da ciência e da tecnologia ao capitalismo que possuía seis (6) características singulares (DJELIC et al, 2007):

- 1 – a existência de grandes empresas de capital-intensivo;
- 2 – a existência de competição oligopolística combinada com políticas anti-truste;
- 3 – a existência de um marco legal que permitia a constituição de grandes empresas, com sócios que dispensavam o proprietário;
- 4 – a existência de empresas de capital aberto listadas em bolsa de valores permitindo atraís as grandes somas de capital necessárias;
- 5 – o fato de grandes organizações serem geridas por profissionais cuja legitimação independia da propriedade;
- 6 – a profissionalização crescente e constante do gerenciamento.

Importante ressaltar que essa “idealização” da estrutura da indústria americana teve impactos, inclusive, em políticas de estado na Europa. Na França, por exemplo, o fascínio pelo tamanho das empresas americanas veio a pautar um projeto estatal de “modernização da estrutura industrial arcaica” a partir do *French Planning Council* instituído logo após o término da II Guerra Mundial. Tal projeto de modernização tinha como foco o fomento à produção em massa e às grandes empresas, a estruturação de indústrias-chaves ao redor de poucas indústrias de capital massivo, a adoção de máquinas e tecnologias e a racionalização da gestão. Na Noruega, em outro exemplo, também havia a percepção (desde pelo menos a década de 1920) de que o fortalecimento da indústria através de grandes corporações era o caminho para o desenvolvimento industrial estável. Esse ‘*call*’ por grandes indústrias estava vinculado com o fascínio pela racionalização, padronização e gestão científica (DJELIC et al, 2007). Além disso, o modelo americano de formação gerencial baseado em *Business School* passa a ser adotado em larga escala em países europeus como França, Noruega (DJELIC et al, 2007), Alemanha (PAULUS, 2002), Inglaterra (SMITH et al, 2002), Itália, Espanha e Turquia (KIPING et al, 2004), entre outros.

O gerenciamento científico e a adoção e a incorporação da ciência à produção, juntamente com o aumento das organizações monopolistas ou oligopolistas em cada país capitalista, com a internacionalização do capital, com a conseqüente divisão internacional do trabalho, com o imperialismo promovido pelas potências centrais, com a existência de um mercado mundial, com o movimento mundial do capital, e com as mudanças na estrutura do poder estatal, vieram a se tornar características daquilo que é comumente conhecido como *capitalismo monopolista* (BRAVERMAN, 1987; SWEEZY et al, 1978). Se antes do capital monopolista, a escala da empresa era limitada pela disponibilidade de capital diretamente extraído de suas atividades e pela capacidade gerencial do capitalista, no período monopolista esse limite é ultrapassado e ampliado com a separação do vínculo direto entre capital e propriedade e a inclusão da classe gerencial que, aliás, difere qualitativamente da classe capitalista: para pertencer à classe capitalista basta ter capital; para pertencer à classe gerencial das empresas monopolistas é necessário agressividade, desumanidade, eficiência organizacional, etc, quando não, inclusive, pertencimento a um determinado estrato da sociedade (BRAVERMAN, 1987).

No capital monopolista, a empresa possui pelo menos três (3) características que produzem profundo impacto no processo de trabalho: (i) a existência de estratégias mercadológicas, que canalizam uma grande quantidade de trabalho; (ii) a estrutura da gerência, que provoca uma organização subdividida em muitos departamentos e, em consequência, muitas outras gerências (“desse ponto em diante, examinar a gerência significa também examinar esse processo de trabalho, que contem as mesmas relações antagônicas contidas no processo da produção” (BRAVERMAN, 1987, p.228); e (iii) a existência de uma função de coordenação social, provocada por uma complexa divisão do trabalho associada por uma sociedade urbana concentrada, que exige grande esforço de coordenação social. Muito desse esforço é realizado pelas próprias organizações produtivas, dado o enorme contingente de trabalhadores que empregam, impondo padrões de comportamento desejáveis e investindo contra a subjetividade dos sujeitos (ENRIQUES, 1997). Esse esforço de coordenação social realizado pelas empresas produz numerosas intersecções com o próprio papel do estado. Além disso, produz uma consequência bastante peculiar: a criação de um mercado universal:

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é ‘ciclo de produto’, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas (BRAVERMAN, 1987, p.239)

Toda a atividade humana converte-se, enfim, em mercadorias, e a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais (e das próprias atividades sociais como divertimento, assistência aos mais jovens e aos mais velhos, etc.) passam a ser subordinadas ao mercado: “com o tempo, não apenas as necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais da vida são canalizados através do mercado.” (BRAVERMAN, 1987, p.231). Alguém poderia supor, de forma um tanto ingênua, que a racionalidade científica, enfim incorporada à produção através da gerência científica e da apropriação e manipulação da produção do conhecimento científico, produziria uma sociedade gerenciável e racionalmente controlável. Mas é interessante observar que a racionalidade incorporada à produção e à reprodução do modo de vida da sociedade contemporânea precisa aderir dinamicamente à produção e à reprodução simbólica e subjetiva dessa mesma vida social. Assim, “(...) mesmo onde é feito o esforço por um setor da população para ir em busca da natureza, do esporte, da arte através de atividade pessoal e amadorista ou de inovação ‘marginal’, essas atividades são rapidamente incorporadas ao mercado tão logo possível” (BRAVERMAN, 1987, p.237), como partes integrantes de um universo de necessidades falsas, ancoradas em um progresso técnico inquestionável, e que se configuram em um mecanismo de dominação social através de uma *satisfação repressiva* (MARCUSE, 1964). Por outro lado, mesmo que a idéia de se impor a razão a uma sociedade inteira possa produzir uma objeção natural, não deixa de ser paradoxal que essa mesma sociedade passe a ser objeto de uma “administração total” (MARCUSE, 1964). E é ainda mais paradoxal quando se observa que o próprio sistema capitalista não é um mecanismo racionalmente controlável, mas é, pelas características expostas logo acima, uma estrutura totalizadora de controle *inexoravelmente absorvente* “(...) à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar.” (MÉSZÁROS, 2002, p.96). Sendo essa *estrutura totalizadora*, não é difícil perceber que o Estado assume uma função de gestor do capital, principalmente na fase monopolista, servindo como “(...) um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais” (BRAVERMAN, 1987, p.242). Ou ainda, de forma mais radical, a própria formação do Estado moderno “(...) é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema.” (MÉSZÁROS, 2002, p.106), fazendo parte de uma relação sócio-metabólica profunda, interdependente e totalizadora em conjunto com o capital e o trabalho. Seu papel usual é o de *retificar* a falta de unidade ou articulação em torno desse tripé sociometabólico (MÉSZÁROS, 2002): assim, o Estado “(...) protege legalmente a relação de forças estabelecida. Graças a esta salvaguarda, as diversas ‘personificações do capital’ conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da sociedade (...)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

Tal papel fica claramente perceptível quando se analisa as ações corretivas do estado frente à crise do capital que se iniciou em 2008. Na França, por exemplo, a plataforma política do ainda atual presidente Nicolas Sarkozy, apelidada de *liberal-populisme*, é pautada por uma agenda de “modernização” da economia francesa, baseada em contenção de gastos públicos e flexibilização de leis trabalhistas (L’HUMANITÉ, 2004). Nada surpreendente que, como resposta à mesma crise mundial de 2008, seu governo tenha radicalizado a adoção de medidas recessivas de caráter liberal (mas dessa vez não sem resistência popular e de trabalhadores organizados) (LE MONDE, 2010; L’HUMANITÉ, 2010; LIBÉRATION, 2010). Também não surpreende o fato de que mais de 80% dos novos contratos de trabalho na França durante o ano de 2010 havia sido sob a forma de *contrat à durée déterminée* (L’HUMANITÉ, 2010), tido como categoria de trabalho precário. O exemplo francês é ilustrativo, mas claro, não é único. Na Itália do ex-governo de Silvio Berlusconi, os trabalhadores precários ocuparam 61% dos postos de trabalho contratados em 2010 (LA NAZIONE, 2010). Tal como no caso francês, os *contratti atipici* dos italianos

poderiam ser contabilizados como resultados da crise. Mas é igualmente importante ressaltar que o atual governo já advogava em favor do populismo liberal antes de sua eleição, em 2001, e antes de sua volta, em 2008 (agora com o novo partido, elucidativamente chamado de *il Popolo della Libertá*). Também como resposta à mesma crise ocorre medidas de agravamento da recessão e a radicalização do reformismo neoliberal, com apoio incondicional de grandes corporações, como a FIAT, que pedem flexibilização de leis trabalhistas como resposta para a crise (IL SECOLO XIX, 2010). Hoje, a Itália é o país europeu com a maior taxa de desemprego entre os jovens (EURODATA, 2011). Também semelhante ao ocorrido na França, no auge da crise o discurso neoliberal de ação corretiva da ordem sociometabólica do capital precisou se impor com força, pois encontrou forte resistência popular e dos trabalhadores organizados italianos (LA NAZIONE, 2010; IL MANIFESTO, 2010; CORRIERE DELLA SERA, 2010).

Os exemplos dos imperativos de ajuste do estado se alastram mesmo em países que à época da crise de 2008 eram governados por partidos de centro-esquerda: em Portugal e na Espanha, os sociais-democratas Passos Coelho (que recentemente sucedeu seu companheiro do partido PSD José Sócrates) e Zapatero (PSOE), respectivos primeiros-ministros ibéricos, compartilharam agendas neoliberais como forma de acalmar os mercados e responder à crise econômica iniciada em 2008. Em Portugal, o pacote inclui cortes radicais em gastos com segurança social (educação, saúde e funcionalismo público), e privatizações de empresas tradicionais, como a TAP Portugal (empresa aérea), a RTP (Rádio e Televisão Portuguesa), e a empresa Águas Portugal (saneamento e recursos hídricos) (SIC Notícias, 2011). Não obstante, grandes corporações portuguesas estão experimentando lucros recordes ao mesmo tempo em que pressionam o governo para flexibilizar leis trabalhistas e facilitar os processos demissionais. Como exemplos, os casos da Galp Energia e da EDP S.A., com aumento na taxa de lucro de aproximadamente 46,5% e 19% respectivamente entre 2009 e 2010 (sites institucionais das empresas). Sem constrangimento, e em meio à convulsão social que assola o país, o presidente da EDP, António Mexia, disse que esse aumento representa “o melhor semestre de sempre da companhia” (ESQUERDA.NET). Na Espanha, a taxa de desemprego está em, aproximadamente, 20% da população ativa (EURODATA, 2011), e a solução para o problema vem sob a forma de um pacote de austeridade, que inclui, além dos habituais cortes nos investimentos sociais, uma “reforma laboral” que, em síntese, aumenta o poder do empresariado nas negociações trabalhistas, facilitando demissões e desobrigando-o de respeitar acordos e negociações coletivas (UNIÓN GENERAL DE TRABAJADORES, 2010). Com uma tenebrosa realidade à porta da sociedade espanhola e com um pacote de austeridade para combater o problema, um clima de inevitabilidade das reformas toma conta dos principais meios de comunicação espanhóis: “nos dizem que não entender esta realidade e ser contrário a estas políticas, tal como fazem os sindicatos na União Européia (também na Espanha) e os partidos à esquerda dos partidos governantes, é ser estúpido.” (NAVARRO, 2010). Natural supor que, mesmo com a construção desse discurso de “inevitabilidade” das reformas e de uma via única de políticas econômicas, haja resistência por parte da sociedade. A *Huelga General* promovida pelas centrais sindicais levou milhares de pessoas às ruas espanholas em 29 de setembro de 2010, na esperança de se impor uma derrota ao governo espanhol aos moldes do que ocorrera em 2002, quando trabalhadores organizados foram às ruas e se orgulham de terem derrotado o “*decretazo*” do governo de Aznar (EL MUNDO, 2010).

Traços comuns aos casos francês, italiano, português e espanhol podem ser encontrados com relativa facilidade ao se investigar os demais países europeus e mesmo os EUA. Na Inglaterra, durante o ano de 2010, diversas *Unions* promoveram campanhas de desobediência civil, greves gerais e uma “campanha de resistência não vista em décadas” em respostas aos cortes do governo Cameron (TELEGRAPH, 2010). Ainda, a crise precipitou o surgimento de revoltas orgânicas, não orquestradas por centrais sindicais e nem por movimentos trabalhistas ou partidários, que lançam novas questões sobre a organização de movimentos sociais e sobre a representatividade e a identidade de grupos de caráter reivindicatório. Os distúrbios em Tottenham (com algumas intersecções com a “Primavera Árabe”) levaram às ruas um contingente razoavelmente heterodoxo de pessoas, incluindo negros, pobres, universitários, professores e uma multidão de descontentes que não se enquadra nos estereótipos de “criminosos comuns”, como apregou a polícia londrina, nem de “pura delinquência” como colocou Cameron (CARTA MAIOR, 2011).

Outro traço comum aos governos europeus, de todas as cores ideológicas, ilustrado aqui apenas como curiosidade: a tentativa via discurso (às vezes oficial), de culpabilização dos imigrantes pelos problemas sócio-econômicos enfrentados pelos países europeus. Curiosa exceção feita à Alemanha, que caminhando para uma baixa taxa de desemprego (DER SPIEGEL, 2010), quer incentivar a entrada de trabalhadores estrangeiros (a partir também da flexibilização de leis trabalhistas) (DEUSTCHE WELLE, 2010). Para o Der Spiegel (2010), o entusiasmo com a queda na taxa de desemprego deve ser acompanhado da observação preocupada de que o pacote recessivo adotado como resposta alemã à crise levou a perdas de empregos no setor público, além do fato da existência de um grande número de trabalhadores alemães em empregos precários. Nos EUA, o governo de Obama, resultado de uma eleição que expôs o desejo de mudanças na sociedade americana, enfrenta a crise gerida em seu quintal sob a

batuta do “reaganismo” (com radical desregulamentação das funções de controle econômico-financeiro do estado), com doses cavalares do mesmo veneno que provocou a doença: cortes sociais, aumento na idade de aposentadoria, e aumento do teto da dívida pública (NYTIMES, 2010; 2011). Vale lembrar que o governo americano, no fim do mandato do republicano George Bush, foi o que mais cobriu os rombos nos balanços das instituições que apostaram em ativos *subprime*, injetando a astronômica quantia de aproximadamente 1 trilhão de dólares (NYTIMES, 2008).

Tais categorias (a gerência científica; a revolução técnico-científica; o capital monopolista; e o estado) formam o quadro social e da economia política que sustentam as mudanças ocorridas nos processos de trabalho investigados e que sustentam uma tese central no trabalho bravermaniano: “(...) a história do capitalismo é marcada pela progressiva degradação do trabalho, na qual a gerência expropria o controle dos trabalhadores através do aprofundamento da divisão de trabalho, particularmente a divisão entre trabalho manual e mental, o que passou a ser conhecido como *deskilling*” (BURAWOY, 1978, p.296). Assim, a dinâmica do capitalismo, entrelaçando todas essas categorias, é resultado da busca pela extração da mais valia através do *deskilling*, que permite, simultaneamente, aumentar o controle sobre o trabalho e diminuir salários (BURAWOY, 2008). Enfim, a tese do *deskilling* e do controle passam a ser entendidas como teses centrais na LPT. Como observa Devinatz (2005), o debate teórico no campo se focou em torno da natureza e o grau de *deskilling* e controle gerencial do trabalho e no conseqüente impacto desses elementos na degradação do trabalho.

Em tempo: é importante assinalar, contudo, que a base metodológica sob a qual se assenta a obra de Braverman não passa despercebida: a forma como ele reconstrói historicamente o processo de trabalho no capitalismo se dá tendo como um pano de fundo um capitalismo que se configura como um “processo objetivo de autotransformação sistêmica” (BURAWOY, 2008), ou seja, sua análise histórica é, no limite, a “história de leis inexoráveis ao invés da história da luta de classes”, onde a subjetividade e os processos de adaptação da classe trabalhadora não são levados em consideração (BRAVERMAN, 1987). De fato, Braverman dedica pouco esforço para compreender os processos subjetivos envolvidos no processo de trabalho. Nesse sentido, destaca a transposição de pesquisas da Psicologia para a aplicação na gerência, sob a forma de uma psicologia industrial, em especial dois trabalhos: o do psicólogo alemão Hugo Münsterberg, que se empenha em colocar a psicologia a serviço da indústria e do comércio, ajudando na seleção e aclimação dos trabalhadores às rotinas de trabalho; e o do psicólogo Elton Mayo e seus experimentos em que transfere o foco da psicologia industrial para a sociologia ao concluir que o comportamento na fábrica tem raízes nos grupos sociais formados no seu interior. Entretanto, para Braverman, os esforços direcionados à aclimação dos indivíduos aos processos de trabalho no interior das fábricas não representava fator determinante à adaptação do trabalhador à empresa: “se a adaptação do trabalhador ao modo capitalista de produção deve pouco aos esforços dos manipuladores prático e ideológicos, como ela se realiza?”. Abandonando mais uma vez possibilidades de explicações subjetivas para o fenômeno, assentava sua tese em elementos econômicos: com a linha de montagem, por exemplo, Ford cessou os bônus e passou ao pagamento fixo por dia aliado a uma supervisão “mais energética”. Os trabalhadores reagiram à linha de produção com grande rotatividade que chegou a ameaçar a produção na Ford. Entretanto, Ford contornou isso elevando o salário de US\$ 2,34 para 5,00 dólares por dia de trabalho.

Como um contraponto ao “subjetivismo das escolas de relações humanas”, Braverman investigou a dinâmica do capitalismo como “(...) um processo objetivo de auto-transformação sistêmica” no interior do capitalismo. Mesmo com o foco para a análise histórica, era a história de “leis inexoráveis ao invés de uma história de luta de classe”. E, mesmo lançando luz sobre a degradação do trabalho, seu interesse não recaí sobre a adaptação à degradação: “em outras palavras, os momentos subjetivos de mudança e estabilidade não estavam no cerne de suas preocupações. Construída sobre a plataforma deixada por Braverman, a *Labor Process Theory* preencheu as lacunas que ele deixou.” (BURAWOY, 2008).

4. PÓS-BRAVERMAN: A PROFUSÃO DE PERSPECTIVAS, TEORIAS E MÉTODOS

O desenvolvimento da LPT, nos anos que se seguiram ao trabalho de Braverman, esteve primeiramente associado com a *International Labour Process Conference*, anualmente realizada desde 1983, principalmente na Grã-Bretanha. O foco inicial orbitou ao redor dos temas “gêmeos” *habilidades (skill, deskilling)* e *controle*, normalmente centrado nas organizações e com perda parcial do grande quadro da economia política que o compõe. A partir da década de 1990, entra em cena a busca pela “subjetividade perdida” nos estudos da LPT (THOMPSON, 2010). Bradley (1983), revendo quatro livros sobre LPT (*Segmented Work, Divided Workers*, de Gordon et al; *Supremacy and Subordination of Labour*, de Holbrook-Jones; *The Development of the Labour Process in Capitalist Societies*, de Littler; e *Marx and the Division of Labour*, de Rattansi) identificou um processo desigual e de longo-prazo em que a busca por uma produção barata e mais eficiente, como lógica da acumulação capitalista, leva aumentos constantes na mecanização da produção e da fragmentação do trabalho. Na busca pela extração de mais valia, a subjetividade do trabalhador é, sempre que possível suprimida ao ponto em que o controle se torna

mais fácil. Como resistência da classe trabalhadora, certas habilidades podem ser preservadas na luta de classes. No curto-prazo, as estratégias organizacionais são desenhadas e efetivadas no sentido de subsumir o trabalho à produção. Penn et al (1984), investigando fábricas de papéis britânicas, constataram que o setor sofreu profundas transformações tecnológicas, principalmente a partir da década de 1970, relativas à informatização da produção. Algum *deskilling* foi identificado, ocorreram remanejamentos no interior da produção e algumas poucas demissões, mas nada que corroborasse as hipóteses de Braverman, conforme os próprios autores. Tancred-Sheriff (1985), analisando a academia canadense, compreende a natureza do controle universitário, burocratizado e com processos decisórios obscuros, como uma emergência à natureza artesanal da atividade acadêmica. Como hipótese, defende que a natureza do controle nas organizações muda apenas em grau, variando de um sistema de controle múltiplo ou unitário. Os exemplos inseridos nessa primeira geração da LPT são muitos. Em comum, e em geral, são trabalhos dedicados em ir à campo em busca de evidências empíricas para corroborar ou refutar as teses bravermanianas.

É curioso notar, entretanto, que a infância da LPT acabou por atomizar algumas das conclusões de Braverman, ignorando dois dos aspectos mais fundamentais de seu trabalho: o papel do estado e o do capital monopolista e suas relações dinâmicas com o processo de trabalho. Já na primeira edição do periódico *Capital & Class*, publicada em 1977, por exemplo, uma contribuição decisiva da *Brighton Labour Process Group* (BLPG) marcava essa posição no campo através do estabelecimento de três (3) “leis imanentes” para a LPT: (i) a divisão entre o trabalho intelectual e manual; (ii) hierarquia e controle hierárquico; e (iii) a fragmentação e ‘*deskilling*’ do trabalho. Como se percebe, o marco teórico inicial leva o campo a mergulhar no interior das organizações produtivas em uma incessante busca de evidências que pudesse corroborar tais leis, ignorando as relações dinâmicas do processo de trabalho com categorias mais amplas do capitalismo. Isso é de fato problemático na medida em que uma teoria de base marxista precisa dialogar com o aspecto dialético e totalizador da teoria marxista, principalmente naquilo que compreende sua relação do simples para com o complexo, como escreve Swingewood (1978) acerca do problema do método marxista. Ainda, numa interação dialética entre sujeito e objeto, nem o primeiro pode impor sua percepção sobre o real (como numa perspectiva de tipo fenomenológica), nem o segundo pode ser imposto ao primeiro (como numa perspectiva de tipo positivista) (FARIA, 2004), donde se percebe que as “leis imanentes” não apenas ignoram a práxis da relação sujeito-objeto, como também, por conseqüência, ignoram a relação dinâmica entre as categorias.

Não deixa de ser paradoxal: Braverman justifica sua preocupação com a teoria do processo de trabalho marxista dizendo que o foco do marxismo pós-Marx recaiu em temas mais abrangentes como guerras, fascismo, imperialismo, monopolismo, transição problemática do capitalismo para o socialismo de estado, ou seja, assuntos em uma esfera, digamos, “macro” marxista, ao passo que o início da LPT pós-Braverman ignora o conjunto da obra marxista em favor de uma atomização teórica. Para Braverman (1987), essa descontinuidade da análise por parte dos marxistas pós-Marx em relação aos assuntos ligados ao lócus da produção, se deve, entre outras coisas: (i) a alta capacidade analítica de Marx, quase profética, que acabou por antecipar muitas tendências no interior do modo capitalista de produção que ele mesmo ainda não podia verificar empiricamente, e que foram tomadas pelos marxistas como teorias prontas e que não necessitavam de análise posterior; (ii) a já citada mudança de foco dos marxistas pós-Marx em decorrência de uma agenda mais “macro” e longe das fábricas; (iii) aos ganhos materiais da classe trabalhadora, e a complexidade cada vez maior do sistema, com uma gradativa mudança no foco da luta sindical de uma agenda de ampla reforma do sistema para ganhos pontuais; (iv) a uma preocupação maior dos marxistas com os aspectos relacionados à distribuição do que com à produção; e (v) a uma acomodação dos métodos de produção capitalista ao modelo soviético, donde decorre que os processos de trabalho passam a ser vistos como toleráveis desde que eliminadas certas excrescências. Já o início da LPT levou os demais teóricos marxistas a perguntarem, observando a atomização do campo, “onde está o resto de Marx?” (THOMPSON, 2007). Adler (2007), por exemplo, critica o fato de que a entrada em cena de perspectivas pós-estruturalistas levou a LPT a perder de vista seus fundamentos marxistas (até mesmo para perspectivas de base nietzschianas). A sumarização das idéias de Marx no início da LPT, onde o controle e a busca por redução de custos levariam, inexoravelmente, ao processo de *deskilling*, foi gradativamente substituída por perspectivas alternativas mais ecléticas que abriu o campo em, pelo menos, três grandes temas: (i) o já citado *deskilling*; (ii) uma polarização entre uma minoria ocupando empregos que exigiam grandes habilidades em contraste com uma maioria em situação de *deskilling*; e (iii), uma visão contingencial que dizia que mudanças nas exigências de habilidade por parte dos trabalhadores seria resultado de lutas de classe no chão-de-fábrica e mudanças na estrutura macro-socioeconômica (ADLER, 2007). Entretanto, a busca de perspectivas alternativas para lidar com o aumento de complexidade observado nos processos de trabalho, evidencia mais a rigidez com que os primeiros estudiosos do campo lidavam com a teoria marxista, do que com problemas teóricos dos trabalhos de Marx. O conceito de *socialização*, entendido em termos marxistas, significa o movimento de um isolamento individual para uma interdependência universal, e é um conceito chave para a compreensão tanto da estrutura objetiva da indústria quanto para a compreensão subjetiva do sujeito e de si mesmo (ADLER, 2007), inclusive nas relações de produção e na compreensão dos processos de

trabalho. Mas, apesar de invocar a *socialização* como suporte para a compreensão dos fenômenos subjetivos no processo de trabalho, Adler “(...) despoliticiza o ambiente de trabalho, removendo qualquer fonte de conflito nas relações entre capital e trabalho” (THOMPSON, 2007, p.1359). Thompson, por sua vez, parece corroborar a avaliação geral marxista da perda da relação entre as categorias: “o debate centrado nos temas contíguos ‘habilidades’ e ‘controle’ que dominaram o campo, a despeito dos avanços proporcionados, tendeu a uma perspectiva centrada na organização, com uma parcial perda do foco no quadro maior da Economia Política que o compõe.” (THOMPSON, 2010, p.8). Para tal autor, tal quadro, entretanto, deveria ser construído através da Teoria da Regulação, principalmente através do conceito de regime de acumulação, que é “(...) constituído por padrões de produção, consumo, circulação e distribuição” (THOMPSON, 2010, p.12), regulados pelo Estado através de variadas estruturas institucionais; ou através da VoC (*Varieties of Capitalism*) que propõe uma relação complementar entre padrões institucionais e o desempenho econômico de um determinado país, o que leva mais à institucionalização ou à tipologia de economias nacionais, do que a um padrão de desempenho universal entre diferentes países dentro do capitalismo (THOMPSON, 2010). Mesmo alguns estudos da “primeira geração” da LPT já percebiam a influência e o papel do Estado na transformação do processo de trabalho. David Stark (1980), por exemplo, considera que a reorganização do trabalho nos EUA no curso das décadas anteriores ao seu estudo não eram resultados da engenharia dos processos produtivos ou da consciência de classe capitalista, mas sim resultado do processo de busca de acumulação capitalista somada ao papel particular desempenhado pelo estado americano: formas particulares, o tempo e os efeitos ideológicos dessas transformações foram mediados pela interação de diversas organizações e classes formais e informais no interior do estado. De qualquer forma, o quadro da Economia Política é central na obra marxista e ocupa parte significativa do *Labor and Monopoly Capital*, como já demonstrado na primeira parte desse trabalho. Já os caminhos apontados por Thompson revelam uma preocupação com as singularidades da economia política particular de cada país, uma vez que a institucionalização ou a tipologia resultante diferiria significativamente entre si. Mas não é necessário recorrer a esse esquematismo que Thompson insere no debate: como exemplificado acima no caso da resposta de alguns países centrais à crise de 2008, é possível desnudar as características empíricas que diferem um estado do outro, mesmo mantendo uma unidade teórica coesa. O risco da tipificação está em naturalizar as relações dinâmicas que ocorrem no interior do estado capitalista e passar despercebido pela coalizão de forças, razoavelmente mutáveis, que o formam.

Já em relação à segunda geração da LPT, é perceptível a influência desempenhada pelos estudos de Burawoy, em particular seu seminal livro de 1974, *Manufacturing Consent*. Talvez de forma um tanto exagerada, Burawoy é por vezes identificado como o responsável pela “mais significativa contribuição para a reconstrução do campo da LPT” (WRAY-BLISS, 2002). Burawoy rejeita a idéia de que o processo de trabalho reduz os trabalhadores a meros objetos passivos ou a “vítimas das inexoráveis forças de acumulação capitalista” (BURAWOY, 1974, p.77). Além disso, não concorda com a tese de que a reprodução do processo de trabalho é resultado da remoção e da exclusão da subjetividade dos trabalhadores no trabalho, mas sim que a subjetividade dos trabalhadores é incorporada nos processos de produção (WRAY-BLISS, 2002). Como diz Thompson, essa segunda leva de trabalhos da LPT se caracteriza pela busca da “subjetividade perdida”, em referência ao fato de que o estudo de Braverman teria ignorado a influência da subjetividade nas transformações nos processos de trabalho. Já em 1978, em uma avaliação do *Labor and Monopoly Capital*, Burawoy (p.296) chama a atenção acerca desse fato, mesmo reconhecendo já estar diante de um clássico: “a decisão de Braverman em não lidar com o lado subjetivo da transformação do trabalho e da reconstituição da classe trabalhadora é particularmente lamentável”.

Laidlaw et al (1986), por exemplo, em consonância com o trabalho de Burawoy, partem da premissa geral de que as evoluções no processo de trabalho são desenhadas a partir da resistência e do conflito no interior da luta de classes para analisar o processo de trabalho dos carteiros canadenses diante da mecanização do setor entre meados das décadas de 1960 e 1970. O papel do estado, restringindo o escopo de ação dos carteiros através de legislações específicas também foi analisado. As conclusões indicam que os carteiros canadenses, através de lutas de classes constantes, impuseram várias derrotas à classe gerencial, mesmo contra adversidades severas (leis desfavoráveis e ameaça de desemprego). McCabe (2011), por outro lado, retrata a derrota dos bancários britânicos frente à investida da gestão capitalista, investigando como os trabalhadores do setor toleram condições perversas de trabalho. Suas conclusões se guiam no sentido de representar o indivíduo como um produto econômico, cultural e autônomo, portanto sujeito a (i) um discurso econômico que gera medo da privação econômica, a (ii) uma pertença comunitária que diminui o ímpeto da resistência, e a (iii) uma singularidade multifacetada, que pode levar o indivíduo a adotar uma postura mais combativa ou mais resiliente, ativa ou conformada, etc. Dependendo do arranjo que se forma nessas três dimensões, o consenso pode se formar mais facilmente, como no caso estudado pelo autor.

Como se percebe, através de Burawoy e do “resgate” da subjetividade, *resistência* e *consenso* são inseridos no debate da LPT, ampliando as perspectivas de análise e impactando, inclusive, nas questões acerca da ontologia e da epistemologia do campo (O'DOHERTY et al, 2009). Não por acaso, tal abertura atraiu uma considerável leva

de estudos pós-estruturalistas e/ou pós-modernistas e/ou foucaultianos. Para Knights et al (2007), por exemplo, o resgate marxista proposto por Adler para o campo fracassa não apenas por cindir um “Marx cientista” (d’O Capital) de um “Marx humanista” (dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos), mas porque a perspectiva marxista não acompanha a complexidade atual da vida social e da estrutura econômica contemporânea, como o faz, satisfatoriamente, as perspectivas foucaultianas. Por outro lado, as perspectivas pós-modernistas são comumente vistas como deficientes em muitos aspectos, principalmente por (i) uma leitura incorreta do trabalho de Braverman e do subdimensionamento do impacto político nos processos de trabalho, (ii) pelo relativismo excessivo dessas perspectivas, e (iii) pela colocação do sujeito como a-teorético e essencialista (TINKER, 2002). Ainda em relação às perspectivas pós-modernistas, Tinker observa que, mesmo recentes, tais perspectivas já entram em um crepúsculo decadente, pois ao buscar a “subjetividade perdida” o fazem através de ideologias vulgares. “Sintomático [dessa decadência pós-modernista] é o conselho cada vez mais fútil (se não condescendente) e politicamente tímido oferecido aos trabalhadores, aliado a um retorno às formas mais grosseiras de análise ideológica em que a racionalidade do ator é julgada como sendo falsa e equivocada” (p.273). Para Thompson (2010), a mudança de foco de explicações de base econômica para a busca da “subjetividade perdida” dessa segunda geração, apenas trouxe para dentro do campo um debate já acirrado em outras disciplinas entre materialistas e pós-modernistas acerca do significado relativo das explicações culturais e econômicas.

Apesar das divergências, dois temas enfatizam continuidade entre essas diferentes perspectivas: (i) a existência de falhas conceituais e fraqueza empírica sustentando as teorias pós-fordistas no campo; e (ii) o fato da LPT se manter como uma espécie de resistência militante: mesmo com a reclamação (procedente) do enfraquecimento da militância, muito em função do surgimento das perspectivas foucaultianas no campo e da crescente sofisticação da gestão de recursos humanos, a LPT ainda articula resistência (THOMPSON, 2010, p.9). Apesar da perda força do coletivismo e da organização formal de resistência dos trabalhadores, o foco tem se transferido para a capacidade de auto-organização informal dos trabalhadores e na construção de suas identidades de classe.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contando quatro décadas de existência, a LPT se mostra diante de certa fragmentação teórica que, por sua vez, demonstra também o interesse crescente na LPT. Ademais, a crise financeira de 2008 coloca diante do campo certos elementos de desafio: como as múltiplas categorias inseridas no debate teórico dentro do campo podem ser articuladas para promover uma compreensão satisfatória do fenômeno? Qual o papel desempenhado pelo Estado, tanto em suas respostas contingenciais à crise, quanto em seus aspectos estruturais, principalmente através de mudanças nas legislações trabalhistas e previdenciárias que afetam os trabalhadores? Em relação à subjetividade desses trabalhadores, como eles têm se articulado formal e informalmente para responder a essas mudanças nos processos de trabalho? Como a eminência da precarização do trabalho pode afetar sua organização formal? E como essas transformações podem afetar suas percepções subjetivas, desde as imediatas no trabalho até as percepções em relação ao mundo que os cercam? É certo, também, que em meio a esse crescimento e a essa difusão de perspectivas no campo, imediatamente após a publicação do *Labor and Monopoly Capital*, torna-se relevante, a essa altura, a exploração das mudanças na natureza e no foco do debate na LPT, o que abre interessantes perspectivas de pesquisa para os interessados no campo. Outro aspecto importante nessa história razoavelmente recente da LPT: o vigor inicial do campo que inclusive o torna brevemente *mainstream* em meados dos anos 1980, provocou uma percepção nas ciências sociais (principalmente na Sociologia do Trabalho e na Sociologia Industrial) de ter se tornado um campo “gerencialista” (THOMPSON, 2010), nos moldes de uma perspectiva tecnológica para fins de práticas gerenciais. É certo, porém, que o estudo de práticas de controle gerenciais não torna, necessariamente, nenhum assunto imediatamente gerencialista, mas tal percepção não deixa de ser importante na medida em que testemunha as óbvias interconexões do campo com as pesquisas em Administração. Tal conexão não é aparente. Thompson et al (2009), por exemplo, observam que muito dos estudos desenvolvidos em LPT ao longo das últimas décadas estão centrados nas Business Schools britânicas e americanas. O campo pode (e deve), ser parte do escopo de pesquisa dos Estudos Organizacionais também no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AKROYD, S. (2009). Labor Process Theory as “Normal Science”. *Employee Responsibilities and Rights Journal*, n. 21, pp. 263-272.
- BRADLEY, H. (1983). From Butties to Robots: controlling the labour process. *Economy and Society*, v.12, n.4.
- BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BURAWOY, M. (1978). Toward a Marxist Theory of the Labor Process: Braverman and Beyond. *Politics and Society*, v.8, n3&4, pp.247-312.
- BURAWOY, M. (1979). *Manufacturing Consent*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BURAWOY, M. (1996). Braverman's Monopoly Capital: A Classic in Its Time. *Contemporary Sociology*, v.25, n.3, pp.296-299.

- BURAWOY, M. (2008). The Public Turn: From Labor Process to Labor Movement. *Work and Occupations*, v.35, n.4, pp. 371-387.
- CORRIERE DELLA SERA, Itália. Diversas Edições.
- DER SPIEGEL, Alemanha. Diversas Edições.
- DEVINATZ, V. G. (2005). Kusterer or Manwaring and Wood on the High-Tech Labor Process? Analyzing the Nature of Skill, Deskilling and Managerial Control of Labor in a U.S. Medical Electronics Factory. *Employee Responsibilities and Rights Journal*, v.17, n.1.
- DEVINATZ, V. G. (2009). Introduction to Symposium on the Frontiers of Labor Process Theory. *Employee Responsibilities and Rights Journal*, n. 21, pp. 251-252.
- DJELIC, M-L & AMDAM, R. (2007). Americanization in Comparative Perspective: The Managerial Revolution in France and Norway, 1940–1990. *Business History*, v.49, n.4, pp.483-505.
- ENRIQUES, E. (1997). *A Organização em Análise*. Petrópolis: Vozes.
- ESQUERDA, Portugal. Diversas Edições.
- FARIA, J. H. (2004). *Economia Política do Poder*. Curitiba: Juruá.
- FLEURY, A. & VARGAS, N. (1987). *Organização do Trabalho: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: Atlas.
- IL MANIFESTO, Itália. Diversas Edições.
- IL SECOLO XIX, Itália. Diversas Edições.
- KIPPING, M.; ÜSDIKEN, B.; PUIG, N. (2004). Imitation, Tension, and Hybridization: Multiple “Americanizations” of Management Education. *Journal of Management Inquiry*, v.13, n.2, pp.98-108.
- L’HUMANITÉ, França. Diversas Edições.
- LA NAZIONE, Itália. Diversas Edições.
- LAIDLAW, B. & CURTIS, B. (1986). Inside Postal Workers: The Labour Process, State Policy, and the Workers' Response. *Labour/Le Travail*, n.8, pp.139-162.
- LE MONDE, França. Diversas Edições.
- LEFFINGWELL, W. (1961). What ‘Scientific Management’ Did for My Office?. *System*, v.30.
- LIBÉRATION, França. Diversas Edições.
- LITTLER, C. R. (1990). The labour process debate: A theoretical review, 1974–1988. In Knights, D., & Wilmott, H. (Eds.) *Labour Process Theory*, pp. 46-94. London: Macmillan.
- MARCUSE, H. (1964). *One-Dimensional Man*. Boston: Beacon.
- MARX, K. (1909). *O Capital – Crítica da Economia Política*. Volume I
- MARX, K. (1989a). *O Capital – Crítica da Economia Política*. Volume I, Parte III. São Paulo: Nova Fronteira.
- MCCABE, D. Accounting for Consent: Exploring the Reproduction of the Labour Process. *Sociology*, v.45, n.3, pp.430-446.
- MÉSZÁROS, I. (2002). *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- O’DOHERTY, D. & WILLMOTT, H. (2009). The Decline of Labour Process Analysis and the Future Sociology of Work. *Sociology*, v.43, n.5, pp.931-951.
- PAULUS, S. (2002). The Americanisation of Europe after 1945? The Case of German Universities. *European Review of History*, v.9, n.2, pp.241-253.
- PENN, R. & SCATTERGOOD, H. (1984). Deskilling or enskilling?: an empirical investigation of recent theories of the labour process. *The British Journal of Sociology*, v.36, n.4.
- SMITH, D; BASTON, L; BOCOCK, J; SCOTT, P. (2002). Americanization and UK higher education: towards a history of transatlantic influence on policy and practice. *Journal of Education Policy*, v.17, n.4, pp.443-461.
- STARK, D. (1980). Class Struggle and the Transformation of the Labour Process: A Relational Approach. *Theory and Society*, v.9, n.1.
- SWEEZY, P & BARAN, P. (1978). *Capitalismo Monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social Americana*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SWEEZY, P. (1987). Prefácio. In: *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SWINGWOOD, A. (1978).
- TANCRED-SHERIFF, P. (1985). Craft, hierarchy and bureaucracy: modes of control of the academic labour process. *Canadian Journal of Sociology*, v.10, n.4.
- THOMPSON, P & SMITH, C. (2009). Labour Power and Labour Process: Contesting the Marginality of the Sociology of Work. *Sociology*, v.43, n.5, pp.913-930.
- THOMPSON, P. (2007). Adler's Theory of the Capitalist Labour Process: A Pale(o) Imitation. *Organization Studies*, v.28, n.9, pp.1359-1368.
- THOMPSON, P. (2010). The capitalist labour process: Concepts and connections. *Capital & Class*, v.34, n.7, pp.7-14.
- TINKER, T. (2002). Spectres of Marx and Braverman in the Twilight of Postmodernist Labour Process Research. *Work, Employment and Society*, v.16, n.2, pp.251-281.
- WRAY-BLISS, E. (2002). Interpretation--Appropriation: (Making) an Example of Labor Process Theory. *Organizational Research Methods*, v.5, n.1, pp.81-104.